

Mapeando o Fosso Digital em Portugal

Nuno de Almeida Alves

nalmeidaalves@oninetspeed.pt

Resumo:

Esta comunicação visa discutir a reduzida taxa de penetração das tecnologias da informação e da comunicação, fundamentalmente da internet, nos alojamentos portugueses. Em 2003, apenas um quinto das famílias portuguesas contava com acesso à internet no alojamento, situando-se a média europeia em redor dos 50%. Computadores e internet constituem bens e serviços cuja detenção e utilização se estrutura não apenas por via do relativo desafogo económico das famílias mas também a partir de uma gama de motivações e competências (escolares, profissionais, culturais, tecnológicas, linguísticas, etc.) de disseminação ainda restrita na sociedade portuguesa.

Esta comunicação procura responder de forma empiricamente informada a esta conjectura, com base no trabalho desenvolvido para uma tese de doutoramento em curso¹ e na informação estatística reunida a partir do “Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação por parte da População Portuguesa”, realizado em 2003 pela Unidade de Missão Inovação e Conhecimento.

¹ Sob o título “A construção de ‘sociedades da informação e do conhecimento’ no âmbito do processo de mudança estrutural das sociedades contemporâneas”, realizada no ISCTE e apoiada por uma bolsa de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Mapeando o Fosso Digital em Portugal

O equipamento massivo dos alojamentos portugueses com computadores ligados à internet tem sido afirmado como um elemento-chave do processo político e programático da construção de uma Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal. Tal objectivo está bem presente na acção política de diversos Governos (entre 1995 e a actualidade), subscritores de sucessivos Planos de Acção para a Sociedade da Informação em Portugal, nomeadamente, o “Livro Verde para a Sociedade da Informação”(MSI, 1997); a “Iniciativa Internet” (MCT, 2000) e o “Plano de Acção para a Sociedade da Informação” (UMIC, 2003).

A análise que aqui vamos empreender assenta empiricamente na base de dados construída a partir do “Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação 2003”, realizado pela Unidade de Missão Inovação e Conhecimento e cedida por esta instituição para este efeito.

A partir deste inquérito, identificam-se as seguintes taxas de penetração das tecnologias da informação e da comunicação junto da população portuguesa: 53% dos portugueses utilizam computador; 46% dispõem de computador no alojamento; 39% utiliza a internet; e 28% possuem ligação à internet na residência. O universo deste inquérito é a população portuguesa, residente no continente, entre os 15 e os 64 anos, tendo a respectiva amostra sido estratificada por sexo, escalão etário, região e habilitações literárias.

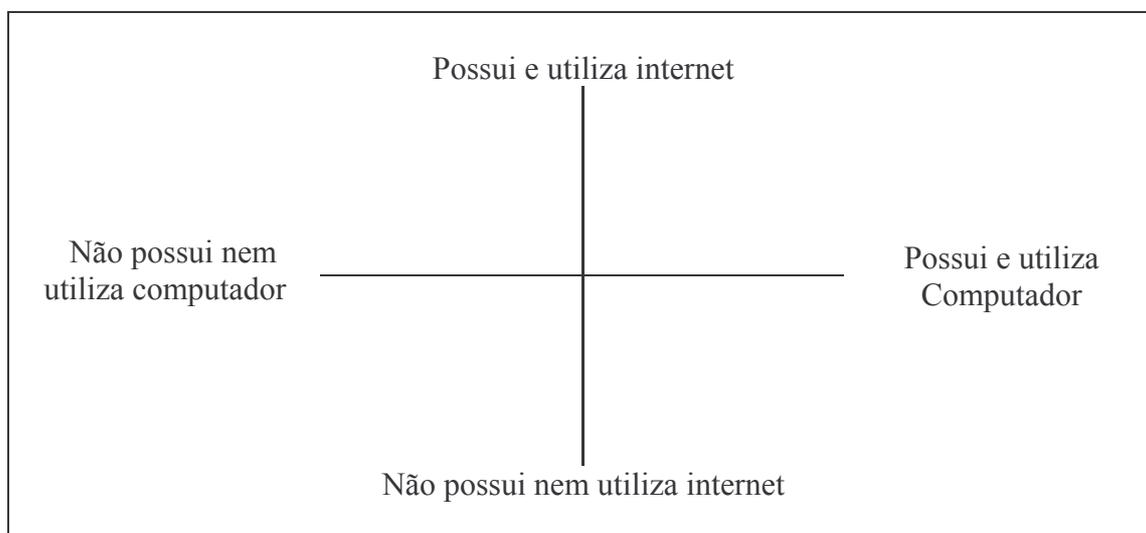
Este conjunto de dados informa-nos que a presença de computadores nos agregados familiares portugueses é ainda francamente mais frequente do que a ligação à internet. Tal como os utilizadores de computador superam ainda por larga margem os utilizadores da internet. Tal diferença pode justificar-se por diversas razões. Os computadores constituem um bem de rápida obsolescência de capacidades e, portanto, de elevada rotação para utilizações menos exigentes em velocidade e capacidade de processamento, ou seja, estes equipamentos vão sendo distribuídos por familiares e amigos à medida que as suas capacidades se vão desajustando das necessidades do seu adquirente inicial. A utilização da internet no alojamento pressupõe a adesão a um serviço cujo custo relativo ainda é de considerar. A diferença entre posse e utilização de equipamentos e serviços pode residir, ainda, no conjunto de circunstâncias e

espaços alternativos disponíveis para a utilização dos mesmos: local de trabalho, estabelecimento de ensino, bibliotecas públicas e espaços públicos de acesso à internet.

Este conjunto de justificações não esclarece totalmente a multiplicidade de situações identificáveis entre os dois extremos do espectro que podemos estabelecer entre utilizadores e possuidores de computador e de internet e não utilizadores nem possuidores destes mesmos equipamentos e serviços. Existem os “utilizadores não detentores”, os “detentores não utilizadores” e ainda outras situações relativas à detenção ou utilização de pelo menos um dos itens.

Existirá uniformidade destes posicionamentos relativamente à posse e utilização das tecnologias da informação e da comunicação, em função da localização social dos indivíduos segundo uma bateria de variáveis explicativas? É a esta pergunta que procuraremos dar resposta ao longo das próximas páginas.

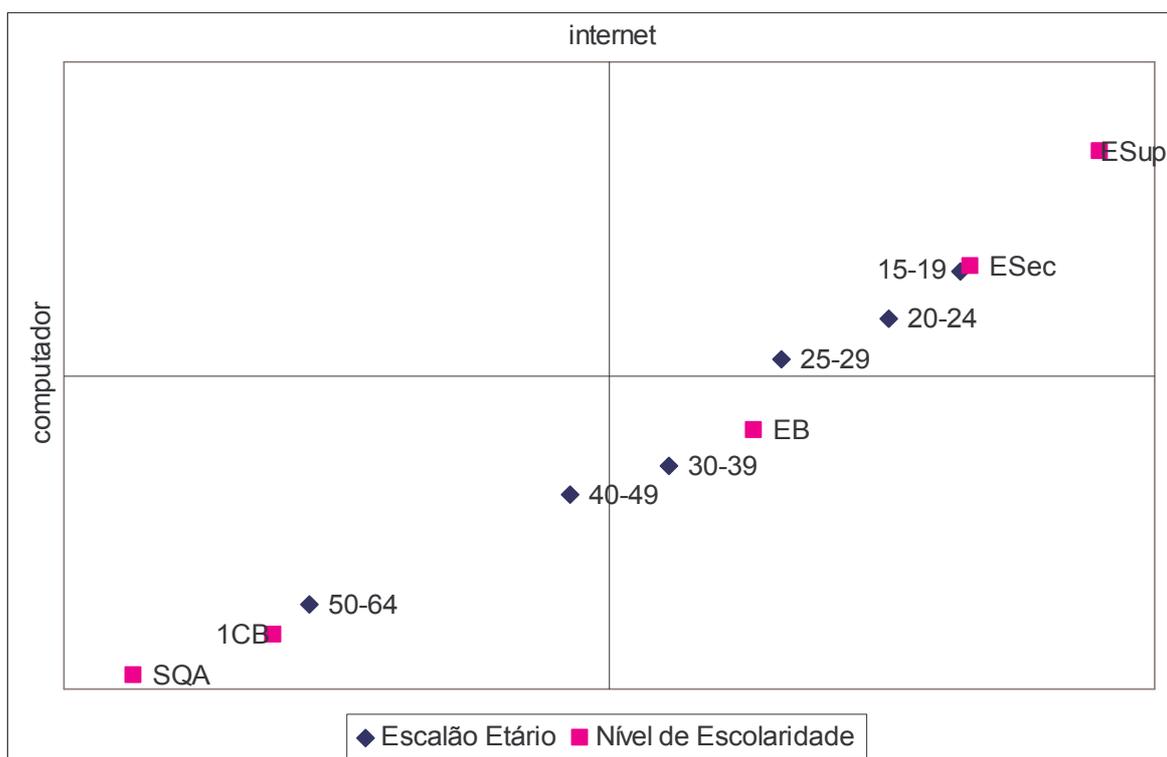
Figura 1 - Diagrama do padrão de posse/utilização do computador e da internet por parte dos portugueses



O diagrama acima representado evidencia os pontos extremos dos dois índices construídos a partir das variáveis relativas à posse e utilização de computador e internet. Em cada um dos índices foi atribuído um valor específico à localização dos indivíduos no contínuo estabelecido entre a posse e utilização do computador e da internet. À posição “não possui nem utiliza” foi atribuído o valor -2 ; à posição “possui mas não utiliza” o valor -1 ; à posição “não possui mas utiliza” o valor 1 ; e, finalmente, à “posição possui e utiliza” o valor 2 . Os valores médios atingidos em

cada um dos índices por cada uma das categorias respeitantes às variáveis independentes constituem as coordenadas do seu posicionamento no diagrama, como se verá no conjunto de três gráficos a seguir apresentados. O comportamento de cada um dos índices será analisado de acordo com as variáveis escalão etário, nível de escolaridade, condição perante o trabalho, profissão, classe social e escalão de rendimento.

Figura 2 – Posse e utilização do computador e internet por escalão etário e nível de escolaridade



Legenda: SQA – sem qualificação académica; 1CB – primeiro ciclo do ensino básico; EB – ensino básico; ESec – ensino secundário; ESup – Ensino Superior

A utilização do computador e da internet bem como a posse destes equipamentos e serviços no alojamento varia em razão inversa com a idade do inquirido. O escalão etário mais idoso, dos 50 aos 64 anos evidencia-se pela propensão para a não utilização destas tecnologias. Apresenta, todavia, valores que indiciam uma proporção não negligenciável de possuidores de computador e, em muito menor grau, de acesso à internet. Trata-se, portanto, de familiares de utilizadores coabitantes mais jovens.

Os escalões etários intermédios (dos 30 aos 39 e dos 40 aos 49 anos) caracterizam-se por uma distribuição onde dois pólos se evidenciam. A persistência de um contingente importante de não utilizadores nem possuidores, em paralelo com

uma parcela já relevante de utilizadores e possuidores dos equipamentos e serviços. O equilíbrio entre estes dois pólos verifica-se no plano dos computadores mas não no plano da internet, tal como está bem patente no gráfico.

No lado claramente positivo do espectro utilização/detenção de computador e internet estão os escalões etários mais jovens. Junto destes verifica-se já uma maioria de utilizadores e detentores de computador e de um terço de internautas com ligações pessoais à internet. Se a análise pender para a utilização pura e simples contamos com taxas entre os 60 e 70%. Não deixa de ser curiosa, no entanto, a distância verificada entre os três escalões mais jovens. O escalão dos 25 aos 29 anos apresenta ainda um número muito elevado de não utilizadores nem detentores de computador e internet, devido, provavelmente, a uma menor exposição a estes meios no contexto familiar, escolar e junto dos amigos mais próximos, comparativamente aos escalões mais jovens.

A segunda variável independente desta análise assume, tal como a variável dependente, uma relação inversa com a idade, uma vez que o nível de escolaridade baixa acentuadamente à medida que vamos progredindo nos escalões etários em análise. A diferença fundamental desta variável relativamente à anterior é a sua superior precisão, tal como está bem patente no gráfico 1. Os pólos extremos das duas variáveis são praticamente coincidentes, apenas os três pontos intermédios (1º ciclo do ensino básico, ensino básico e ensino secundário) apresentam uma relativa descontinuidade. O grau mais elementar de instrução apresenta, juntamente com a ausência de qualificação académica, uma diminuta ou nula utilização e detenção de tecnologias da informação e da comunicação. Os detentores do ensino básico completo apresentam já uma situação bastante diferente: uma vez que constituirão uma parte muito significativa dos empregados administrativos e dos serviços ainda em actividade, e, nessa medida, utilizadores de equipamento informático (e, em muito menor grau, da internet) no desempenho das suas funções. Por outro lado, constituem, também, um segmento da população que procura proporcionar meios e instrumentos de habilitação escolar superior aos seus filhos, dotando-os, nesse processo, do equipamento informático e serviços de comunicações que julga indispensáveis à prossecução desse fim.

O conjunto de inquiridos detentores de qualificações escolares de nível secundário e superior forma os grupos (no segundo grupo obviamente mais do que no primeiro) onde a posse e utilização de tecnologias da informação e da comunicação se

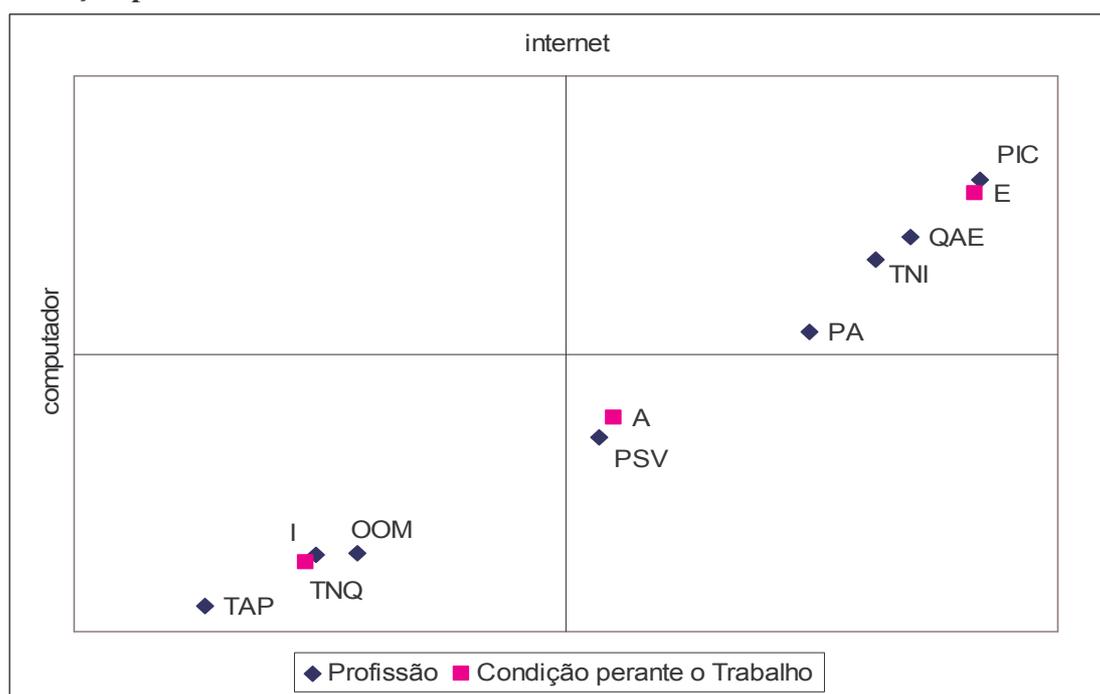
verifica com maior intensidade. Entre estes dois grupos, as diferenças mais significativas localizam-se nos planos da intensidade da utilização e da posse dos equipamentos e serviços. Ambos os escalões de qualificação escolar, secundário e superior, registam percentagens elevadas de utilização e posse de computador e de ligação à internet, no entanto a coincidência de posse e utilização da internet é francamente mais elevada no caso dos licenciados do que no caso dos detentores do 12º ano. Os utilizadores não possuidores de ambos os meios são relativamente mais frequentes no último caso do que no primeiro. O importante a registar nesta análise é o aumento muito acentuado da taxa de utilizadores e de possuidores de computadores e de ligações à internet à medida que progressivamente subimos na escala de qualificação escolar da população. Contudo, em Portugal tal como nos restantes países europeus, não são os licenciados que constituem o corpo mais expressivo do processo de massificação da disponibilidade de tecnologias da informação e da comunicação nos alojamentos no contexto dos diversos países ocidentais, até porque constituem uma faixa relativamente restrita das respectivas populações (mais restrita nuns do que noutros) e que, na maioria dos casos dispõe, desde já, dos equipamentos em causa. São sobretudo os detentores de qualificações intermédias (12º ano) que se devem considerar decisivos no processo de massificação da internet em todos os países. O problema específico do caso português é a (actual e necessariamente duradoura²) estreiteza do contingente de graduados do ensino secundário.

A análise da utilização e posse de tecnologias da informação e da comunicação pela condição perante o trabalho do inquirido, constante na Figura 3, evidencia três posições claramente distintas: a dos inactivos (I), num plano claramente negativo da utilização destes instrumentos; a dos activos (A), cuja posição tendencialmente neutral resulta da simetria de posições do universo dos actuais trabalhadores relativamente ao problema em estudo; e, finalmente, a dos estudantes (E), fundamentalmente dos ensinos secundário e superior que, praticamente na totalidade utilizam e dispõem destes equipamentos no alojamento. As duas posições extremas são, no entanto, muito influenciadas pelas duas variáveis analisadas anteriormente: nos inactivos pesam, sobretudo, as camadas mais idosas e menos escolarizadas da população, nos estudantes, naturalmente, o inverso. Os activos

² Em Portugal, no ano de 2003, apenas 48% dos portugueses entre os 20 e os 24 anos haviam concluído o ensino secundário, sendo a média europeia a 25 países de 78%. (Eurostat, Structural Indicators 2004: <http://europa.eu.int/comm/eurostat/newcronos/>)

constituem a parcela desta análise onde a diversidade de situações relativamente a estas duas variáveis é maior e disso se reflecte a relativa indeterminação da sua posição quanto à utilização e detenção de tecnologias da informação e da comunicação.

Figura 3 – Posse e utilização de computador e internet segundo a profissão e a condição perante o trabalho



Legenda: TAP – Trabalhadores da agricultura e pescas; TNQ – Trabalhadores não qualificados; OOM – Operários e operadores de máquinas; PSV – Pessoal dos serviços e vendedores; PA – Pessoal administrativo; TNI – Técnicos de nível intermédio; QAE – Quadros superiores da administração pública e empresas; PIC – Profissões intelectuais e científicas
I – Inactivos; A – Activos; E – Estudantes

A análise por grupo profissional do inquirido evidencia uma grande simetria de posições, entre os trabalhadores manuais e as restantes actividades profissionais. Os trabalhadores da agricultura e pescas (TAP), os trabalhadores não qualificados (TNQ) e os operários e operadores de máquinas (OOM) encontram-se na secção negativa do espectro produzido nesta análise. É nos trabalhadores da agricultura e pescas que a situação é mais homogeneamente negativa, tanto relativamente à utilização como à posse de tecnologias da informação e da comunicação. Tal facto indicia uma provável reprodução destas mesmas condições relativamente à descendência dos inquiridos localizados neste segmento da actividade profissional,

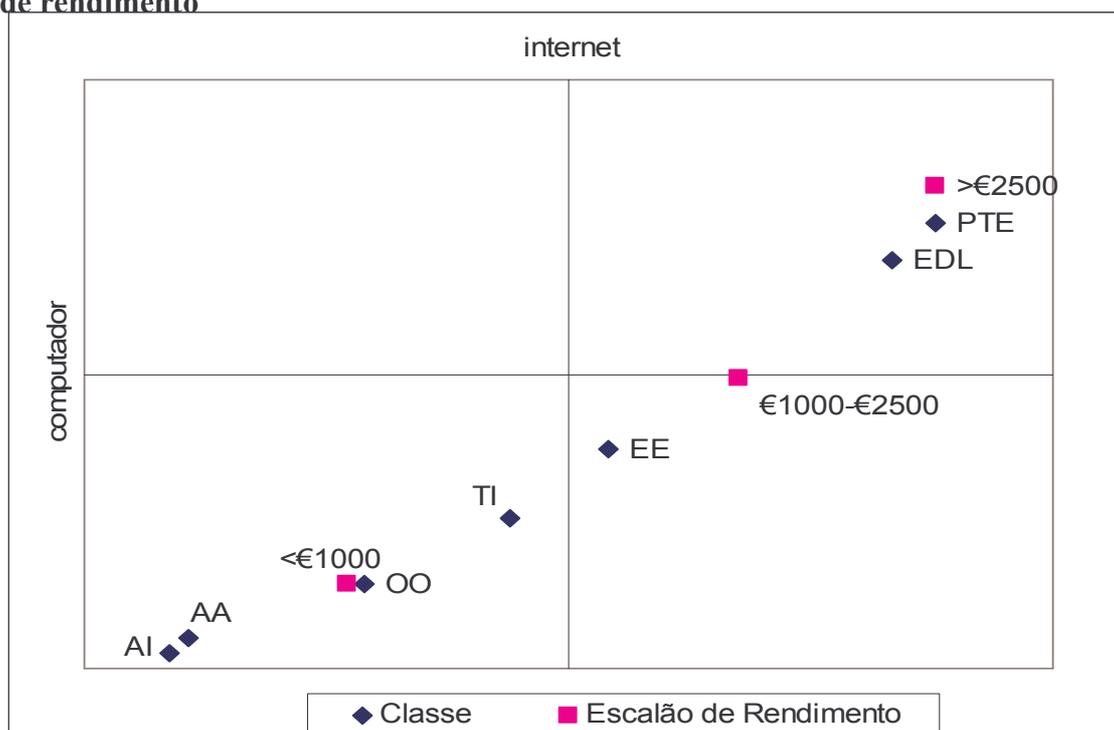
uma vez que os dados relativos às restantes condições relativas à posse e utilização de computador e internet são diminutos. O posicionamento dos trabalhadores não qualificados e dos operários e operadores de máquinas, apesar da sua localização maioritária no plano dos não utilizadores nem detentores de computador e internet, apresentam já números não negligenciáveis relativamente a outras posições do espectro, aspecto importante não apenas no que concerne aos inquiridos como aos restantes elementos do agregado familiar.

O conjunto dos trabalhadores dos serviços (PSV) situa-se num ponto relativamente neutral face à utilização e posse de tecnologias da informação e da comunicação, ou seja, verifica-se algum equilíbrio das posições simétricas relativas à posse e utilização de computadores e internet.

O quadrante claramente positivo no que concerne à posse e utilização das tecnologias da informação e da comunicação estabelece-se relativamente a um conjunto de profissões caracterizado pelo crescente volume de formação escolar e profissional. Os trabalhadores administrativos (PA), maioritariamente, possuem e utilizam computador e, em muito menor grau, a internet. Trata-se de um segmento profissional, contrariamente aos anteriores, que conta já com uma grande familiaridade com o equipamento informático (não tanto da internet) no exercício das suas actividades profissionais, uma vez que este se tornou numa ferramenta essencial de realização do trabalho administrativo. Trata-se, também, de um conjunto de profissionais cujos respectivos núcleos familiares mais fortemente registam processos de formulação de trajectórias sociais ascendentes, nas quais a manipulação competente das tecnologias da informação e da comunicação, em conjugação com a formação escolar e profissional, se torna ingrediente fundamental. Os restantes grupos de profissões contam com crescentes níveis de posse e utilização das tecnologias da informação e da comunicação, embora as profissões intelectuais e científicas (PIC) se destaquem relativamente aos quadros superiores da administração pública e de empresas privadas (QAE) e aos técnicos de nível intermédio (TNI). Tal resulta, sobretudo de um efeito geracional, de correlação entre as profissões intelectuais e científicas, a formação superior e escalões etários mais jovens. Tal não contraria, no entanto, uma provável maior apetência dos indivíduos localizados nestes segmentos profissionais por consumos de tecnologias da informação e da comunicação mais intensos e diversificados.

O último bloco de variáveis de ventilação da posse e utilização das tecnologias da informação e da comunicação é constituído pelas variáveis localização de classe social do inquirido e rendimento mensal líquido do agregado familiar (ver Figura 4). A primeira das variáveis deste bloco, o rendimento, deve ser encarada com alguma reserva, uma vez que apenas foi respondida por apenas cerca de dois terços dos inquiridos e, tal como é visível nos pontos de observação constantes no gráfico, é balizada por valores que poderemos considerar como sub-declarações. É estranho que parte significativa da população portuguesa, por vezes protagonista de comportamentos e consumos exemplarmente ostentadores, se comporte com tal reserva à divulgação do rendimento do agregado num contexto de resposta a um mero inquérito por questionário.

Figura 4 – Posse e utilização de computador e internet por classe social e escalão de rendimento



Legenda: AI – Agricultores independentes; AA – Assalariados agrícolas; OO – Operariado; TI – Trabalhadores independentes; EE – Empregados executantes; EDL – Empresários, dirigentes e profissionais liberais; PTE – Profissionais e técnicos de enquadramento

Apesar de tais cautelas e estranhezas, é evidente o diametral afastamento relativamente à posse e utilização de computador e internet entre os escalões contíguos de mais baixo rendimento. É certo que, tendo em conta as categorias

originais da variável³, pode registrar-se uma diferença de 500 € entre as balizas utilizadas nos pontos em redor dos 1000 € de rendimento, contudo é legítimo (até porque há agregados familiares aqui contidos cuja capitação é igual a 1 ou 2) pensar que tal não justifica um tão abissal afastamento relativamente à posse e, sobretudo, à utilização das TIC. De qualquer forma, as três posições relativas ao rendimento líquido mensal do agregado familiar evidenciam três posições, também elas muito distintas, relativamente ao binómio posse e utilização das tecnologias da informação e da comunicação. Os agregados familiares cujo rendimento mensal não ultrapassa os 1000 € situam-se num plano muito negativo relativamente à posse e utilização das tecnologias da informação e da comunicação, os agregados de rendimentos intermédios apresentam números razoáveis relativamente à posse e utilização de computador e neutros relativamente à posse e utilização da internet. O nível mais elevado de rendimento (mais de 2500 €) corresponde à posição mais favorável relativamente à utilização das tecnologias da informação e da comunicação. A conclusão mais importante a retirar relativamente à análise pelo rendimento mensal líquido dos agregados familiares é, necessariamente, o excessivo afastamento dos índices de posse e utilização das tecnologias da informação e da comunicação face às categorias de rendimento em análise.

A análise da disponibilidade de tecnologias da informação e da comunicação em função da classe social do inquirido recorta-se no padrão estudado até aqui e assemelhando-se a uma suavização da linha apresentada aquando da análise pela profissão do inquirido. Esta variável resulta da combinação das variáveis profissão e situação na profissão com vista à formulação do “indicador socioprofissional individual de classe” conforme a matriz construída por António Firmino da Costa (Costa, 1999: 230). As classes onde se recorta uma mais reduzida taxa de disponibilidade de tecnologias da informação e da comunicação são as agrupadas em torno do trabalho manual e menos qualificado: agricultores independentes (AI) e assalariados agrícolas (AA), ou seja, independentemente da detenção dos meios de produção, qualificativa de posições distintivas no espaço das classes, a situação relativamente à posse e utilização das tecnologias da informação e da comunicação é idêntica. Ainda no quadro das classes onde impera o trabalho manual, a situação do operariado (OO) mantém-se como bastante desfavorável, especialmente no âmbito da

³ Até 500 €; de 501 a 750 €; de 751 a 1000; de 1001 a 1250 €; de 1251 a 1750; de 1751 a 2500 €; de 2501 a 3500 €; e mais de 3500 €.

utilização e posse de ligações à internet e não tanto relativamente aos computadores. O trabalho desempenhado manualmente pelos inquiridos localizados no operariado será, provavelmente, a única circunstância coincidente com as duas classes abordadas anteriormente. Taxas de qualificação escolar⁴ (e, muito provavelmente, profissional) mais elevadas, domicílio e laboração em meio urbano e trajectórias familiares ascendentes deverão contribuir para as diferenças neste âmbito registadas entre o pessoal agrícola e os operários.

Os trabalhadores independentes (TI), embora ainda situados numa zona negativa do cruzamento dos dois espectros, estão já bastante próximos da neutralidade relativamente à posse e utilização da internet e, sobretudo, dos computadores. Tal verifica-se, muito provavelmente, devido à diversidade de situações e posicionamentos profissionais classificadas de forma demasiado abrangente enquanto trabalho independente. Nela estão incluídos pequenos empresários, comerciantes, vendedores e especialistas de serviços ao domicílio, tais como pedreiros, electricistas e canalizadores, entre outros. Trata-se, de facto, de uma categoria excessivamente abrangente e nessa medida integradora de posicionamentos díspares não apenas no plano profissional como no plano da detenção dos meios de produção.

Num plano semelhante, mas um pouco melhor posicionado, pelo menos relativamente à utilização e posse de computadores, situam-se os empregados executantes (EE). Uma parte significativa dos inquiridos aqui inscritos provém de actividades profissionais onde o computador constitui uma ferramenta de trabalho diário (empregados administrativos). Tal situação compensa a entrada do contingente de trabalhadores dos serviços pessoais e domésticos, cuja situação é bem menos positiva neste particular. De qualquer forma, a familiaridade com as tecnologias da informação e da comunicação em contexto laboral e a aquisição destes instrumentos em benefício da educação e formação dos filhos, proporciona aos inscritos nesta classe social um posicionamento intermédio relativamente à posse e utilização de computador e internet, precursor de classes com consumos e práticas já mais firmemente enraizadas.

Curiosa é, sem dúvida, a comparação entre trabalhadores independentes e empregados executantes relativamente à discrepância de práticas e consumos entre as duas classes quando o que a distancia é, fundamentalmente, a detenção ou não dos

⁴ A título de exemplo, a ausência de qualificação escolar atinge percentagens da ordem dos 52% nos assalariados agrícolas e 35% nos agricultores independentes, contra 13% nos operários.

meios de produção. Uma mesma situação profissional, dependendo da situação na profissão se localizar no exercício por conta próprio ou por conta doutrem poderá ter uma de duas saídas: a localização nos trabalhadores independentes no primeiro caso ou nos empregados executantes no segundo, no operariado caso se tratem de ocupações manuais. Ora, tendo os primeiros, provavelmente, maior desafogo financeiro que os segundos, é curiosa a inversão nos consumos e práticas relacionadas com as tecnologias da informação e da comunicação. Os trabalhadores independentes estarão provavelmente mais predispostos a outras práticas e consumos.

Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL) e profissionais e técnicos de enquadramento (PTE) constituem, naturalmente, as classes com mais elevados índices de posse e consumo de computador e internet, posições homólogas relativamente à credenciação escolar e profissional e aos necessariamente correspondentes índices de rendimento e conforto. A diferença registada entre as duas classes, relativamente à posse e utilização das tecnologias da informação e da comunicação, justificar-se-á pelas características inerentes à sua composição em termos de qualificação escolar e profissional. A classe que agrupa os profissionais e técnicos de enquadramento tende a ser mais homogénea, sendo maioritariamente composta por especialistas das profissões intelectuais e científicas, necessariamente licenciados e trabalhadores por conta de outrem. Em oposição, a classe social que agrupa empresários, dirigentes e profissionais liberais pode ser extremamente heterogénea, uma vez que os empresários podem localizar-se em qualquer ponto da classificação de profissões e em qualquer dos níveis de escolaridade, desde que a sua situação na profissão se localize no patronato. Os quadros superiores da administração pública e profissionais liberais já admitem uma muito maior homogeneidade de qualificações escolares e profissionais, situando-se a margem de diversidade sobretudo no plano da situação na profissão, o que, como já vimos anteriormente, é relativamente imaterial no respeitante à posse e utilização das tecnologias da informação e da comunicação. Nesta análise subsiste, no entanto, a saliência provável de uma variável independente que não poderemos ignorar. Trata-se da variável escalão etário, essa sim já fortemente influente da matéria que estamos a tratar. Ao contrário da localização no âmbito das profissões intelectuais e científicas, a circunstância do preenchimento destes postos profissionais, tais como os cargos de direcção da administração pública ou do estabelecimento em regime de profissional liberal (escritório de advocacia, consultório de prática clínica, atelier de arquitectura,

etc.) pressupõe um percurso profissional já relativamente alargado e, necessariamente, a inscrição num escalão etário mais avançado. Ora, tal circunstância limita, de certa forma, a formação do pleno destes profissionais no plano da posse e utilização de tecnologias de informação e da comunicação. No entanto, serão sempre em menor número do que os empresários não possuidores nem utilizadores de tecnologias da informação e da comunicação.

Posicionamento perante as tecnologias da informação e da comunicação e argumentos justificativos mobilizados

A análise efectuada até aqui procurou situar o exame do fosso digital em Portugal recorrendo a um conjunto de variáveis de localização social da população portuguesa. A partir de agora procuraremos completar a análise com um conjunto de variáveis de teor mais subjectivo, assinalando o conjunto de argumentos mobilizado pelos inquiridos como justificação para disporem ou não de computador e de ligação à internet no alojamento organizado a partir da situação particular destes no diagrama atrás proposto (ver Anexo I).

Começamos pelo conjunto de argumentos mobilizados pela parcela dos inquiridos que afirma não dispor nem utilizar computador nem internet (39% da população). O computador é inútil (51%) ou demasiado caro (25%) e a internet não tem qualquer interesse (40%), ou o inquirido não dispõe dos conhecimentos para a utilizar (23%). A argumentação convocada por este conjunto de inquiridos evidencia que o interesse em vir a adquirir ou a utilizar o computador ou a internet é, pelo menos, bastante remoto. Trata-se, provavelmente, de um segmento da população que poderemos considerar como irremediavelmente afastado destes instrumentos e que contabiliza, praticamente, dois quintos da população portuguesa. As razões de segunda ordem, como o custo excessivo que representa a aquisição de equipamentos e serviços (25%) ou o facto de se desconhecerem os processos de utilização (23%), apresentam valores significativos mas são mobilizados por apenas cerca de um quarto dos inquiridos não utilizadores.

Seguindo a ordem apresentada no diagrama representativo do padrão de posse e utilização das tecnologias da informação e da comunicação elaborado anteriormente, vamos agora proceder ao exame dos argumentos mobilizados pelos possuidores e, no entanto, não utilizadores de computador e internet (15% da população). Estes inquiridos apresentam a educação dos filhos como argumento

central para a aquisição do computador (65%) e da internet (59%). A segunda linha justificativa é constituída pela apresentação de razões profissionais (19%, provavelmente não as dos próprios ou para utilização efectiva dos próprios) e a influência de amigos e familiares (12%). A massificação das tecnologias da informação e da comunicação no contexto dos agregados familiares portugueses estrutura-se também pela intervenção dos não utilizadores, com o objectivo de conferir às gerações mais novas os instrumentos e as competências indisponíveis aos actualmente activos.

Entre os utilizadores não possuidores de computador e de internet (23%) a argumentação avançada para a não detenção de computador respeita ao seu elevado preço (44%) e à disponibilidade de acesso noutros locais (18%). Curiosamente os argumentos mobilizados invertem-se relativamente à posse de ligação à internet, relativamente à qual é a disponibilidade de acesso noutros locais (38%) e o seu elevado preço (33%) que justificam, maioritariamente a opção pela não aquisição deste serviço.

Entre possuidores e utilizadores de computador e internet (23%), são fundamentalmente as razões profissionais (59%) e a educação dos filhos (18%) que justificam a disponibilidade de computador no alojamento. Relativamente à disponibilidade do serviço de acesso à internet, são, mais uma vez, as razões profissionais (52%) e ainda a necessidade de se permanecer tecnologicamente actualizado (21%) que justificam a sua aquisição.

A argumentação mobilizada em torno da justificação para a posse ou não de computadores e de internet no alojamento é, no essencial, consentânea com a análise processada relativamente à matriz sociográfica do fosso digital. É junto dos indivíduos localizados nos lugares de classe que partilham mais volumosos recursos económicos, escolares, profissionais e culturais (empresários, dirigentes, quadros, profissionais liberais, profissionais e técnicos de enquadramento – EDL e PTE) que se recruta a esmagadora maioria dos possuidores e utilizadores de tecnologias da informação e da comunicação por razões profissionais. Os empregados executantes, também por constituírem o contingente mais numeroso, constituem um grupo muito heterogéneo nesta matéria: constitui um efectivo muito importante de possuidores e utilizadores de computadores e internet (21%); um contingente também muito relevante de utilizadores não possuidores (30%); e ainda uma parcela muito significativa de inquiridos não utilizadores nem possuidores (35%). Podemos dizer

que a diversidade de situações em termos escolares e profissionais que se agrupa nesta classe social encontra plena correspondência na diversidade de posicionamentos face às tecnologias da informação e da comunicação, tanto relativamente à sua detenção como no plano dos argumentos mobilizados para sustentar esse posicionamento particular. Os diversos segmentos de inquiridos localizados nesta classe encontram posições relativamente equilibradas em todos os quadrantes definidos (à excepção dos possuidores não utilizadores), mobilizando toda a gama possível de argumentos justificativos face ao problema em análise, desde as razões profissionais ao mais flagrante desinteresse pelas tecnologias da informação e da comunicação. Os trabalhadores independentes evidenciam um comportamento semelhante aos empregados executantes, apenas trocando a importância do contingente utilizador não possuidor pelo inverso. Esta alteração implica uma maior orientação para a mobilização da argumentação em favor da aquisição dos equipamentos e serviços em favor da educação dos filhos. Nas restantes classes sociais (agricultores independentes, operários e assalariados agrícolas), embora com menor ênfase no caso dos operários, assiste-se a um decréscimo dramático das taxas de posse e utilização das tecnologias da informação e da comunicação e a um correspondente aumento do desinteresse face aos equipamentos em causa.

Notas finais

O conjunto de variáveis analisadas conduz necessariamente à conclusão de que o fosso digital em Portugal se estabelece de acordo com o profundo desnível de qualificações escolares e profissionais no seio da população portuguesa, embora a desigualdade em termos de recursos materiais seja também relevante para a problemática em análise. Nas classes sociais mais apetrechadas de recursos materiais, escolares e profissionais verificam-se taxas de utilizadores das tecnologias da informação e da comunicação de cerca 70 a 80% (utilizadores e simultaneamente detentores cifram-se em redor dos 60%). Nas restantes classes sociais, apenas os empregados executantes atingem os 50%, todas as restantes classes obtêm taxas de utilizadores francamente mais reduzidas. Entre os agricultores independentes e assalariados agrícolas, por exemplo, o número de inquiridos que acumula a posse e utilização destes instrumentos é zero. É claro que o número de inquiridos localizados

nestas classes sociais constitui uma parcela ínfima da população, contudo, entre as classes mais numerosas, como os empregados executantes e os operários que agrupam mais de 50% da população, as taxas de detenção e utilização cumulativa de computador e internet variam entre 21 e 7%, respectivamente.

A massificação da posse e do uso das tecnologias da informação e da comunicação em Portugal passará, necessariamente, pela melhoria expressa das condições de vida e, sobretudo, dos níveis de escolarização médios e superiores, conjugadamente com a intensificação de práticas e consumos de bens culturais. Não é apenas o custo de equipamentos e serviços que justifica o desequilíbrio da sua distribuição no seio da população portuguesa, trata-se, sobretudo de saber como e para quê utilizá-los. A ausência de um padrão mínimo de competências básicas para a utilização das tecnologias da informação e da comunicação, a par das fracas competências escolares, culturais e linguísticas de uma parcela significativa da população portuguesa constituem os pontos estruturadores de uma diminuta capacidade de acesso, apreensão e utilização da informação. Ora, este conjunto de circunstâncias explica mais fácil e categoricamente o reduzido grau de disseminação das tecnologias da informação e da comunicação no contexto da sociedade portuguesa do que a constatação dos relativamente poucos recursos materiais disponíveis.

Como completar, então, o trajecto português para a Sociedade da Informação e do Conhecimento, torneando o obstáculo que constituiria a necessária melhoria massiva dos índices de escolarização dos portugueses? Reconhecendo que esta não se constrói assentando em competências escolares medíocres das populações suas integrantes e, necessariamente, orientando as políticas públicas, as instituições e os cidadãos para a necessidade da melhoria progressiva e sustentada das condições sociais básicas, a par do crescimento dos índices de consumo e utilização de equipamentos e serviços de maior intensidade tecnológica.

Bibliografia

- COSTA, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro – dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras, Celta.
- MISSÃO PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (1997), *Livro Verde para a Sociedade da Informação – Iniciativa Nacional para a Sociedade da Informação*, Lisboa, Missão para a Sociedade da Informação.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2000, Diário da República n.º 193 (I Série – B) de 22 de Agosto de 2000.

UNIDADE DE MISSÃO INOVAÇÃO E CONHECIMENTO (2003), *Qualidade e Eficiência dos Serviços Públicos – Plano de Acção para o Governo Electrónico*, Oeiras, Unidade de Missão Inovação e Conhecimento.

Anexo I

Padrões de posse e utilização das TIC (computador e internet) Argumentos mobilizados

Possui e utiliza

Não possui mas utiliza

Computador:

Internet:

Computador:

Internet:

- Razões profissionais 59%
- Educação dos filhos 18%
- Actualização tecnológica 11%
- Fonte de lazer 6%

- Razões profissionais 52%
- Actualização tecnológica 21%
- Influência de amigos e familiares 9%
- Educação dos filhos 7%

- Demasiado caro 44%
- Acesso noutros locais 18%
- É inútil 18%
- Não constitui bem de primeira necessidade 9%

- Acesso noutros locais 38%
- Demasiado caro 33%
- Não tem computador 14%

Possui mas não utiliza

Não possui nem utiliza

Computador:

Internet:

Computador:

Internet:

- Educação dos filhos 65%
- Razões profissionais 19%
- Fonte de lazer 5%
- Influência de amigos e familiares 5%
- Actualização tecnológica 4%

- Educação dos filhos 59%
- Influência de amigos e familiares 12%
- Actualização tecnológica 10%
- Razões profissionais 7%

- É inútil 51%
- Demasiado caro 25%
- Não sabe utilizar 10%
- Não é um bem de primeira necessidade 7%

- Não tem qualquer interesse 40%
- Não sabe utilizar 23%
- Demasiado caro 18%
- Não tem computador 10%

